

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 12

Sessão Ordinária

28 de SETEMBRO de 2015

**APROVADA POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR E 2 ABSTENÇÕES.
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14/12/2015.**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE JUNHO DE 2015;-----
- 12 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA;-----
- 13 ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO;-----

1.3.1 Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança.-----

1.3.2 Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal da Juventude.-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- PONTO 1 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA (ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013);-----
- PONTO 2 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS;-----
- PONTO 3 – CONTRATO PROGRAMA COM A FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES - ADENDA;-----
- PONTO 4 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2015 – AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO DE PESSOAL;-----
- PONTO 5 –REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - PROTOCOLOS E CONTRATO DE COOPERAÇÃO DESPORTIVA;-----
- PONTO 6 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ 5% NO IRS;-----
- PONTO 7 – FIXAÇÃO DA TAXA PELOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMOP);-----
- PONTO 8 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI);-----
- PONTO 9 – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SABOR;-----
- PONTO 10 – ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO;-----
- PONTO 11 – RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PSF – 2015;-----
- PONTO 12 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL;-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



-----Feita a chamada, para além dos membros que compõem a Mesa, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Mauro Xavier Cristão Gabriel (*Em substituição do deputado António José Félix Salgado*);-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Magali Isabel Sebastião Amador;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Assim, encontravam-se presentes **vinte e quatro** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal, verificando-se **a falta** dos seguintes deputados: -----

• Maria Vitória Andrade Lázaro (PS);-----

• Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS);-----

• Ademar Augusto Rodrigues Alves (PS);-----



- Maria Luísa Pinto Ferreira (PS);-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Vereadora Maria da Piedade Meneses e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a sessão eram 9:30 horas.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Ata n.º 11 da Sessão Ordinária realizada em 22 de Junho de 2015.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado António Júlio Andrade (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente queira desculpar-me, mas gostava de lhe fazer uma pergunta: Não se sente mal a assinar uma ata destas, ao pôr uma ata destas à votação? Eu já não falo no “português” em que está redigida. Já dou de barato isso. Mas, vemos aqui – eu apresentei uma proposta na última Assembleia. Diz-se aqui que o Sr. Salgado diz que não concorda. O Sr. Luís faz uma intervenção a dizer que não concorda. Põe-se à votação, e a proposta nem sequer aparece na ata. Quem vir isto depois em qualquer parte, diz assim: “Aqueles maluquinhos de Moncorvo estão para ali maluquinhos.” Nem sequer a própria proposta aparece na ata. Como é que pode ser? Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Relativamente a isso, eu acho que as atas devem ser participadas por todos os membros da Assembleia. Tenho pedido aos serviços que apoiam a Assembleia que as enviem aos respetivos intervenientes, para colaborarem na sua redação. O que lhe posso prometer é que vou ficar mais atento. Hoje mesmo pedi aos serviços que me façam chegar a documentação com maior antecedência, no sentido de melhor poder servir



esta Assembleia. Vamos pôr a ata à votação. A sua proposta é que se transcreva para a ata a proposta que apresentou.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu pedi para a ler e apesar de a ter entregue por escrito não aparece cá. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Sr. Deputado, vamos pôr à votação a ata com a inclusão da sua proposta, que foi entregue nos serviços. Sr. Deputado é normal que as pessoas que não estejam nas Assembleias se abstenham. E portanto, sendo essa a razão da abstenção, acho que não carece de outra justificação. Muito obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor e 4 abstenções (dos deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS), António Alves Salema (PS), Afonso Henrique Alagoa (PS) e João Augusto Leal Leonardo (Coligação PDS/CDS)) **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----Pelo Senhor Presidente da Mesa foi lido um resumo da correspondência recebida, registada sob os números 81 a 118, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, informando que a mesma ficaria à disposição de quem pretendesse consultá-la, da qual constavam: -----

- ✓ **Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. IP – Inquérito De Avaliação** – Veio informar que o Instituto está a realizar um inquérito de avaliação da satisfação dos contribuintes relativamente ao serviço prestado pelas Seções de Processo Executivo;-----
- ✓ **Dependências** – Veio informar que o Portal da Saúde acaba de publicar a “Rede Nacional de Respostas para os Comportamentos Aditivos”;-----
- ✓ **Notícias Global Colibri 19** - Veio dar a conhecer os novos tratamentos da água;-----
- ✓ **Câmara Municipal de Torre de Moncorvo** – Enviou a acta da reunião do Conselho Municipal de Segurança, realizada no dia 24 de março de 2015;-----
- ✓ **Abreu** – Pergunta se concordamos com a aplicação do des (acordo) ortográfico na ordem jurídica interna;--
- ✓ **Rui Magalhães** – Dá a conhecer a realização do IV Seminário sobre a democracia local a realizar no dia 4 de julho de 2014;-----
- ✓ **Mafalda Sacchetti** – Vem informar da possibilidade da apresentação da peça “Marias Cheias de Graça” através de um grupo de Stand up Comedy e Comédia Musical 100% no feminino;-----

- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Determina, de acordo com a legislação em vigor, que o trabalhador deve, antes do início das férias, indicar ao respetivo empregador, com cinco dias úteis de antecedência a forma como pretende ser contactado assim como a comunicação de faltas ao serviço;-----
- ✓ **Museu da Assembleia da Republica** – Envia a Ficha de Peça do Mês de junho do Museu da Assembleia da Republica;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 19 de junho de 2015;-----
- ✓ **Município De Torre de Moncorvo** – Envia a Newsletter n.º50, referente às atividades realizadas no mês de junho;-----
- ✓ **Dep. Formação** – Informa da realização de um Workshop a realizar no dia 3 de julho de 2015 sobre a "Instrução e Dispensa do Parecer Prévio Vinculativo no âmbito da LOE 2015 e da Portaria n.º149/2015, de 26.5;-----
- ✓ **Comunicar** – Informa sobre as atividades realizadas durante o mês de julho de 2015;-----
- ✓ **Campanhas Inovaqua** – Informa sobre a forma de potencializar os benefícios da gestão comercial de água e resíduos;-----
- ✓ **Abreu** – Veio dar a conhecer os cartazes relativos ao PAN – Festival Transfronteiriço de Poesia, Património e Arte de Vanguarda;-----
- ✓ **Museu da Assembleia da Republica** – Envia a Ficha de Peça do Mês de julho do Museu da Assembleia da Republica;-----
- ✓ **Abreu** – Dá a conhecer o programa do festival PAN 2015;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 19 de julho de 2015;-----
- ✓ **Global Colori** – Informa sobre os tratamentos da água de lagos e fontes;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 20 de julho de 2015;-----
- ✓ **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo** – Informa que o Comissário designado pela Assembleia Municipal, Adalberto Manuel Covas Miguel, faltou, consecutivamente a sete reuniões da modalidade alargada da Comissão;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 31 de julho de 2015;-----
- ✓ **Segurança Rodoviária** – Informa que estão abertas as candidaturas aos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável;-----
- ✓ **Município De Torre de Moncorvo** – Envia a Newsletter n.º51, referente às atividades realizadas no mês de julho;-----
- ✓ **Câmara Municipal de Mangualde** – Envia um pedido de ajuda para um transplante de coração com um tipo de sangue raro;-----
- ✓ **Nos Empresas** – Informa das novas formas de desenvolver vantagens competitivas;-----

- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 7 de agosto de 2015;-----
- ✓ **Vanda Santo** – Informa sobre a melhor maneira de Limpeza e Desinfecção de sistemas AVAC contra todos os microorganismos, incluindo a Legionella;-----
- ✓ **Transcript** – Envia a transcrição integral da reunião de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 22.06.2015;-----
- ✓ **IberoCoreData** – Vem dar a conhecer os seus serviços na recuperação de dados informáticos;-----
- ✓ **Dom Sebastião** – Expõe diversos factos e apela que não votem em António Costa;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 21 de agosto de 2015;-----
- ✓ **Global Colori** – Informa sobre os tratamentos da água de lagos e fontes assim como dá a conhecer a nova morada da empresa;-----
- ✓ **Município De Torre de Moncorvo** – Envia a Newsletter n.º52, referente às atividades realizadas no mês de agosto;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 4 de setembro de 2015;-----
- ✓ **Carlos Abreu** – Envio do cartaz e do programa referente às XVIII Jornadas Culturais de Balsamão a realizar entre os dias 01 a 04 de outubro de 2015;-----
- ✓ **Mob4all** – Informa que se encontram disponíveis para colaborar com a autarquia na Elaboração, Execução e Acompanhamento de candidaturas ao Portugal 2020;-----
- ✓ **Deputado António José Félix Salgado** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 28 de setembro de 2015 e pede substituição.-----
- ✓ **Sessão de Lançamento** – Convida para participar na sessão de lançamento agendada para o dia 22 de junho no teatro de Vila Real da Plataforma “Mais Interior, Mais Portugal”;-----
- ✓ **Convite de Inauguração** - Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para estar presente na Inauguração das Obras de Requalificação do Campo de Jogos Municipal Dr. Camilo Sobrinho;-----
- ✓ **Convite de Inauguração** - Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para estar presente na Inauguração do Espaço do Cidadão no dia 15 de julho pelas 18h15, com a presença do Sr. Secretário de Estado da Administração e Modernização;-----
- ✓ **Convite** - Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança para estar presente no Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa a realizar no dia 21 de agosto de 2015, no Recinto da Valorização de Raças Autóctones;-----
- ✓ **Convite de Inauguração** - Convida Sr. Presidente da Direção da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark para estar presente na Inauguração do Parque de Ciências e Tecnologia presidida por

Sua Excelência o Primeiro – Ministro, Pedro Passos Coelho, a realizar no dia 28 de agosto de 2015, na Quinta da Trajinha.-----

-----A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS).-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Apesar de ser membro da Comissão de Segurança, apenas hoje observei algo estranho. Os jardineiros da Câmara Municipal a regar o jardim aqui em frente, com jerricans, tudo assim um bocado – não sei como dizer o termo, mas acoxambrado. E cheguei ao pé deles, e perguntei: “Então, mas não têm aqui pelo menos uma boca-de-incêndio?” Então, descobri que desde a Rua da Misericórdia, passando pela Rua da Casa da Roda, voltando pelo parque de estacionamento, não existe nenhuma boca-de-incêndio. -----

Há aqui membros dos Bombeiros Voluntários do Município, e gostava de saber se há um plano das bocas-de-incêndio. Se essas bocas-de-incêndio estão operacionais. E se fazem falta, ou não, mais bocas-de-incêndio. Por exemplo, acho que aqui, em que as casas são de tabique, deveria haver uma boca-de-incêndio.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Alves Salema tem a palavra.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** O Luís falou aqui nos bombeiros. Eu faço parte da Associação dos Bombeiros, e é só para lhe dizer o seguinte: em termos de Proteção Civil, já há dois, três anos, foi apresentado um Plano Geral do Concelho para bocas-de-incêndio e outras coisas. Eu julgo que isso deve estar em carteira, para se fazer na parte histórica da Vila. Devem colocar as que estão contempladas nesse Plano para o Centro Histórico.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor Sr. Deputado Luís Dias.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Então, se já foi identificado por quem de direito, retiro o que disse. Está a ser tratado.-----

1.3.1 Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança em Falta e 1.3.2 Tomada de Posse do Conselho Municipal da Juventude:-----



-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de executarmos isso, há uma questão que gostaria de colocar aos Srs. Deputados. Estas tomadas de posse, obviamente têm de ser feitas perante a Assembleia Municipal. Mas, dada a recorrência com que o assunto tem vindo a ser tratado, eu gostaria de colocar, e de pedir aos Srs. Deputados, que pudéssemos delegar na DAF o ato de tomada de posse em si – ou seja, as pessoas dirigiam-se à DAF quando tivessem oportunidade e disponibilidade – e depois viria essa tomada de posse à Assembleia para ratificação. E isto por quê? Para permitirmos que estes conselhos possam reunir com quórum, porque segundo julgo saber, um deles nem quórum tem ainda, o que obviamente não faz qualquer sentido. Esta é uma proposta da Mesa. Sr. Deputado José Meneses, faça favor.-----

-----**Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia a todos. Eu queria só acrescentar, ou saber se foram informados por correspondência, com aviso de receção. Então, é voltar a insistir, porque se estivermos à espera que venham cá, tanto os do Conselho Municipal de Segurança, como os do Conselho Municipal de Juventude, nunca mais. E depois, remeter à Assembleia, porque é a maneira mais fácil, concordo com o que o Sr. Presidente disse.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sendo assim, vou pedir aos serviços que insistam de novo com os membros, e que lhes digam para se dirigirem diretamente à DAF para tomarem posse, e que depois será agendada para a próxima reunião. Esta é a minha proposta. Vamos a votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta apresentada.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS), **António Alves Salema** (PS), **António Manuel Lopes** (PS), **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Prescindo de fazer introdução deste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Sr. Deputado António Manuel Martins, faça favor. E o deputado António Salema, depois.-----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Bom, eu queria manifestar o reconhecimento ao Executivo pelo esforço que tem feito, para reduzir o endividamento do município. Eu quero lembrar aos presentes – e já agora, peço desculpa, bom dia a todos. Em dezembro de 2013, o endividamento era de dezanove milhões, seiscentos e sessenta e um mil euros (19.661.000€), dos quais dezasseis milhões, cento e quarenta e nove (16.149.000€) à banca, e a fornecedores e algumas faturas ainda não lançadas, três milhões e meio (3.500.000€).-----

Em setembro de 2015 – portanto, nesta data – o endividamento relativamente à banca ronda os catorze milhões e meio (14.500.000€), e há um saldo positivo da receita / despesa da Câmara, e também de dívidas a terceiros, que correspondem a oitocentos e trinta e nove mil euros (839.000€), o que dá um saldo, em termos de dívida, de treze milhões e trezentos mil euros (13.300.000€). Significa, grosso modo, que a diferença é na ordem dos seis milhões (6.000.000€).-----

Isto equivale a dizer que o excesso de endividamento em 2013 rondava os sete milhões (7.000.000€), sete milhões e meio (7.500.000€), e atualmente é de seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e quatro euros (676.744€).-----

Também quero relevar que os dias entre a ocorrência da despesa e o pagamento atualmente andam nos quarenta e um dias, e em 2013... quarenta e um dias, quarenta e um.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Trinta e um, Sr. Deputado, na página 1 do documento da ficha do município.-----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Peço desculpa. Em 2013, era de cento e trinta e sete dias. Portanto, há que, efetivamente, reconhecer o esforço que o município tem feito. E não queria deixar de o reconhecer.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Salema, por favor.-----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos, Sr. Presidente.-----

Ao analisar o relatório da atividade da Câmara, de junho até à presente data, verifico que noventa por cento (90%) das atividades e dos serviços é na cultura e no turismo. Apraz-me registar isso, e de agrado digo que é um bom trabalho. Por isso, eu julgo que para serem efetuadas com êxito (e que têm sido), tem atrás determinados funcionários que dão o seu melhor. E eu penso que os funcionários devem ser devidamente acautelados, e devem ser devidamente tratados. Acho que o trabalho feito na cultura e na ciência é visível. E o Executivo

– não digo que está de “parabéns”, mas está a fazer um bom trabalho. Mas, também é com os funcionários que têm junto do Executivo. Agora, penso que ao contrário do Governo, esta Câmara, quanto a mim, está a apostar no que deve apostar, uma vez que, as infraestruturas do concelho, aquelas infraestruturas que dão bem-estar ao povo, já estão construídas, julgo que é bom caminho, apostar no turismo, na cultura e na ciência, como se está a apostar.-----

Queria perguntar ao Sr. Presidente: quando estive presente na vinda do Sr. Ministro do Ambiente a Torre de Moncorvo, verifiquei, quanto às minas de ferro, que havia uma certa certeza que o estudo de impacto ambiental no dia 9 de novembro – que teria parecer favorável. E que as minas seriam uma realidade. Eu gostaria de ouvir do Sr. Presidente se também ficou com essa ideia. Esse é um ponto.-----

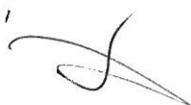
Tenho aqui outro assunto, que é: iniciou-se a execução do ramal de saneamento desde a Serra do Reboredo. Também gostava de saber o que é que foi este ramal, e por que é que foi este ramal da Serra do Reboredo aqui para baixo, ali nomeadamente para a zona da GNR.-----

Portanto, procedeu-se ao arranjo urbanístico do espaço exterior do Mercado Municipal; eu gostava também que ficasse com a ideia de que também teremos, ali junto aos Bombeiros Voluntários, um arranjo que está a merecer ali uma reparação da calçada, e gostaria que isso fosse feito quando possível.-----

E queria perguntar ao Sr. Presidente o seguinte: há dias, dei uma volta em Moncorvo, como dou todas as noites, pela vila e pelos arruamentos. E verifico que muitos dos candeeiros de iluminação pública estão apagados. Apesar de, às vezes, ver durante o dia as luzes acesas. Disseram-me que era para ver os candeeiros que estavam com deficiências. Mas, logo a seguir, à noite, verifiquei, por exemplo, junto à casa do falecido Dr. Ribeiro, quatro apagados; fui pela avenida, cinco ou seis – não são aqueles que estão apagados para se evitar o consumo de energia; são outros candeeiros. Portanto, julgo que a Câmara devia, junto da EDP, dizer: “Meus amigos, a empresa que anda a fazer a manutenção está a fazer mal”, porque há muitos candeeiros que estão apagados, e isso é triste. Ainda ontem passei nessa rua que vai para os cuidados continuados, e que há ali muita gente, e estão quatro ou cinco candeeiros apagados, e por aí fora. A Câmara Municipal devia, junto da EDP, dizer o que se está a passar.-----

Também gostava que o Sr. Presidente nos explicasse, ou me explicasse: eu, há dias, vi uma empresa local a mudar contadores e a instalar contadores na vila, na rede, em baixa, em Moncorvo. Gostaria de saber se são serviços prestados, se houve concurso, se não houve, e o que é que se passa. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lopes, faça favor.-----



-----**O Deputado António Manuel Lopes:** Bom dia a todos. Quando ouvi o Sr. Deputado Salema, lembrei-me de uma questão que, se calhar, não é propriamente muito correto apresentá-la aqui neste ponto – já devia, ter sido apresentada no ponto anterior. Mas, se me desculpar, penso que não me vai levar a mal. Eu li que está em período de discussão – acho que é assim que se chama – o projeto de impacto ambiental dos aerogeradores que irão ser apresentados. Eu queria saber se isso vai chegar às mãos dos deputados. Era só, obrigado. ---

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Pedido de esclarecimento? Importa-se de repetir qual é o impacto ambiental? Dos aerogeradores? Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Muito bom dia a todos.-----
Eu queria só – pegando ali em algumas palavras do deputado Salema – reforçar o que acontece relativamente às reparações elétricas. Penso eu – e certamente os restantes Presidentes de Junta – que é um dos assuntos que não funciona bem neste concelho, é a reparação das avarias da iluminação pública, nomeadamente a substituição das lâmpadas. Eu, na Junta de Carviçais, já fiz informações ao município nesse sentido, e penso que os restantes membros das Juntas igualmente, e tudo continua na mesma. A substituição das lâmpadas, por parte da empresa, funciona muito mal. Acho que deviam ser tomadas medidas nesse sentido. Se eles não são capazes, ver uma outra empresa que possa suprir as necessidades das populações como deve de ser. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, se não se importa de fazer os esclarecimentos pedidos, muito obrigado.-----

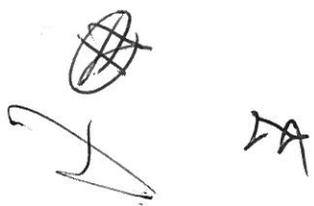
-----**O Presidente da Câmara:** Muito bom dia a todos. -----
Quero agradecer, em primeiro lugar, as palavras do Sr. Deputado António Martins. Efetivamente, tem sido com um enorme custo – mas também com satisfação – que vemos que a dívida que era imputada ao município e o prazo de pagamento têm sido um sucesso. Aliás, isso é recorrente, e o próprio Revisor Oficial de Contas assim o afirma. Dos mais de cem dias que demorávamos, em termos de pagamento a fornecedores, estamos neste momento a trinta e um dias; e também estamos a seiscentos e setenta e seis mil euros (676.000€) de conseguirmos entrar dentro do limite de endividamento. Isto já há muitos anos que assim não era, e portanto, é desde logo um sucesso. -----

Se repararem na situação financeira a 22 de setembro de 2015, que vos foi entregue, temos que em todos os itens conseguimos baixar – mais de meio milhão (500.000€) para a Caixa

Geral de Depósitos, cerca de trinta mil euros (30.000€) para o BPI, o empréstimo de curto prazo está neste momento com menos cento e setenta mil euros (170.000€), o que faz com que a dívida a fornecedores seja inferior a setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove (725.669€), do ano passado. E por isso, estamos aqui numa fase, eu direi, que se tudo correr conforme o projetado por este município, de pagarmos aos fornecedores e a terceiros cerca de seiscentos e noventa e dois mil euros (692.000€) até ao final do ano. O que fará com que entremos dentro do limite legal de endividamento, ao que acrescerá também cerca de oitocentos mil euros (800.000€) ainda de pagamentos, neste período de três meses, aos bancos. E com isso, estou certo que conseguiremos entrar finalmente numa rota de verdadeira independência do município, em termos do que tem sido até agora – como vocês sabem – algum financiamento retido por parte do Estado, que nos são retidos por não cumprirmos essas metas. E isso é importante, porque a partir daí poderemos estar a par com outros municípios, a lutar com as mesmas armas em termos do que pagamos de juros, em termos do que pagamos em termos de financiamento, e mesmo a muitas obras a que poderemos neste momento concorrer, e que não poderíamos concorrer, porque o quadro legal assim o obriga.-----

Sem mais delongas, e entrando nas perguntas propriamente feitas. Sr. Deputado António Salema, quero dizer-lhe que este é mesmo um relatório à míngua de todas as atividades que são feitas. Não é um diário, mas é mesmo, em termos do que se tem feito, escolher aquelas que são mais importantes e essenciais. -----

Tem razão quanto à cultura e ao turismo. Tem razão quanto aos funcionários. Mas, eu digo-lhe uma coisa, que é isto! Se não recrutámos ninguém. E estamos a fazer um trabalho que é reconhecido em termos de turismo e cultura. Só temos uma razão para que não funcionasse antes: É porque as pessoas estavam mal colocadas no sítio onde estavam, e muitas vezes estavam escondidas para não terem protagonismo. Ora, o que nós queremos é tirar o que há de melhor nos funcionários, para eles também, com as suas capacidades, poderem demonstrar à população do concelho que estão colocados no local adequado. E portanto, quanto a isso, temos tido este trabalho na ciência, na cultura e no turismo. Mas também, em todas as atividades, relativamente àquilo que tínhamos, que era a programação informática, conseguirmos desenvolver, dentro do próprio sistema, e criar aos próprios funcionários condições para, com as novas tecnologias, poderem fazer esse trabalho. Daí as recuperações que foram feitas nos Paços do Concelho, mas também toda a linha que montámos para estar interligados entre todos os sistemas. Hoje, por exemplo, para uma área como as obras particulares, eu reúno duas vezes por semana com os técnicos. Mas já não há papel a materializar os processos. Tudo é feito pelos próprios técnicos, que têm escritório no município e fora do município, tudo através de novas tecnologias, o que fez com que se desenvolvesse muito mais rápido esse tipo de despachos.-----



O Sr. Ministro do Ambiente, obviamente que ele não podia – e eu também não vou revelar aquilo que ele me disse em particular – mas, confirmo aquilo que o Sr. Deputado disse, que na opinião dele, estava tudo concertado para que antes do dia 9 de novembro, tivéssemos um parecer positivo. Aliás, há duas semanas atrás veio cá – não veio aqui à Câmara Municipal, mas sei que vieram os dirigentes da Associação Portuguesa do Ambiente, e também da Direção Geral de Energia, que estiveram juntamente com uma das concessionárias já a delimitar o perímetro na Serra do Reboredo. Essas duas seriam aquelas que teriam mais problemas de concretização do projeto; uma vez que já vieram aí, e depois da reunião que o Sr. Ministro promoveu com todas as entidades que tinham que dar o parecer, daquela reunião pareceu-nos a nós também – porque estávamos presentes – que estaria resolvido o problema do parecer do impacto ambiental. E portanto, estou de acordo com aquilo que lhe pareceu a si, foi o que me pareceu também a mim.-----

O ramal da Serra do Reboredo: tínhamos ali um problema, que era as ligações que estavam feitas com os proprietários da Quinta do Vale da Perdiz, que eram provisórias. E portanto, havia duas soluções: ou fazíamos a ligação diretamente à caixa que está por trás da GNR, e iríamos ali colocar uma série de centenas de metros cúbicos de problemas; ou então fazíamos a ligação diretamente à caixa, do coletor central, que é na Estrada Nacional 220, e abarcaríamos todo o Bairro da GNR, mais a Rua da Capitoa, e faríamos também, juntamente com as casas que estão aí construídas, desde logo também o ramal direto para os proprietários do Vale da Perdiz. E desta forma, conseguimos que fique tudo no coletor central e não em pequenos coletores, uma vez que a Rua da Capitoa já tem alguns problemas, como sabem, durante o inverno.-----

Quanto aos arranjos da calçada junto aos Bombeiros Voluntários, será uma realidade dentro em breve. Estivemos neste período de férias, e também os calceteiros estão neste momento a ficar já disponíveis, e já foi deliberado na Reunião de Câmara que irão para lá dentro em breve. Temos tido aqui problemas com os pontos de luz, é verdade. A empresa a quem a EDP tinha concessionado não ganhou o último concurso, e estamos numa fase de transição. E o que me foi dito pelo responsável da Produção de Bragança foi que a empresa que perdeu o concurso (a última) diz que agora alguns serviços já não estão dentro, e a outra, a que ganhou, diz que também ainda não está dentro do próprio contrato – e andamos nisto. Mas, de qualquer forma, temos aqui dois problemas, que são os dois PT: um, para resolução, que, como podem ver, está a decorrer – estão a decorrer agora as obras na Rua de Santiago, é um aumento de potência na Rua de Santiago, que vem desde o PT que está nas atuais instalações do Centro de Emprego, ali naquela Rua de Santiago até ao cemitério; e temos um problema aqui neste PT, que é ali na Rua Afonso Praça, que faz a ligação aqui à praça. Vão ser resolvidas pela EDP, é da competência da EDP, mas farei sentir junto da EDP – Produção os problemas que



nós reiteradamente também colocamos. E neste sentido, o Sr. Presidente da Junta e Sr. Deputado Francisco Braz diz, e é verdade, a EDP criou um número, que devem ser feitas as reclamações para esse número, mas a verdade é que não funciona. Quando chegam à Câmara, enviamos por escrito à EDP, e não funciona. -----

Mas, também neste relatório de atividades foi lançado concurso público para a modernização das redes também na sede do concelho, modernização que se irá alargar – espero eu – no primeiro trimestre às freguesias, para a colocação de LED's, em vez do que temos hoje. Posso vos dizer que temos um concurso para cerca de seiscentas LED's – um projeto que quero ver, com a disponibilidade que temos em termos financeiros, se está concluído e pago até 31 de dezembro do corrente ano. Estamos a fazer isso, foi lançado agora o concurso – foi um concurso público, obviamente – e vamos ver quanto tempo é que temos, se há reclamações, se não há. Se não houver, o que é certo é que até 31 de dezembro, a sede do concelho – que é a primeira a arrancar – terá a implementação desse sistema de LED's; e irá depois, num concurso – a que eu peço aos Srs. Presidentes de Junta para estarem atentos, vai ser através do Douro Urbano, que é um ACT que vai ser lançado para a renovação, também nas freguesias rurais, dos novos equipamentos em LED. Peço para estarem atentos também a esse concurso.-----

Quanto aos contadores: foi feito por ajuste direto, o montante não chegou aos cinco mil euros (5.000€); foram convidadas três entidades, foi ganha por uma empresa do Porto, e está a prestar serviço nos contadores, por uma razão muito simples também, que vos quero deixar aqui: é que o nosso pessoal não tinha capacidade para os pedidos que são feitos, mais durante os meses de verão. Felizmente, duplicámos a população, há casas em que as pessoas pedem em junho para virem em agosto os contadores, e não tivemos capacidade, os nossos funcionários também não se podem multiplicar – são os que temos – e o trabalho que fazem é um trabalho meritório; o que é certo é que não se podem multiplicar. E portanto, decidiu-se, através da adjudicação do serviço, e penso que estará a ser resolvido. A empresa só aplica depois de toda a parte de inspeção, de reconhecer se está correto ou se não está, que são feitos pelos serviços camarários.-----

As eólicas: as eólicas, neste momento, estive em discussão pública, também o EIA, e estamos à espera de saber qual o resultado, ainda não temos resultados. Depois da consulta pública, vem aqui à Câmara, por exemplo, tal como os do ferro.-----

E penso que terei respondido a todas as questões.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da "Atividade Municipal e Financeira do Município e informação escrita do Presidente da Câmara.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 2 — CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, quer falar-nos sobre o assunto?-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, eu prescindo da intervenção.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, senhor. Vou fazer uma pequena intervenção.-----

Relativamente à questão da consolidação de contas, eu gostaria de referir algo que tem sido recorrente, e que é a impossibilidade de contactar uma das participadas do município. Esta Assembleia tem o dever – tem o direito e o dever – de fazer cumprir a Lei, e a Lei é muito clara, e diz que, efetivamente, tem de apreciar as contas todas participadas. Obviamente, só pode apreciar as contas das participadas se elas forem fornecidas pelos respetivos responsáveis. O Sr. Presidente da Câmara já tinha anteriormente – este assunto, eu já lhe tinha colocado pessoalmente e institucionalmente – já me tinha informado que não tem tido resposta do requerimento que fez ao responsável. O próprio Revisor Oficial de Contas confirma isso no relatório que aqui traz. E quer-me parecer que só há uma solução: a Lei, quando não é cumprida, tem que se recorrer a quem a faz cumprir. Eu acho que nós temos – esta é a minha opinião, e colocaria à votação: solicita-se ao município que proceda de todas as formas, inclusive recorrendo à via judicial, para obter os dados que, efetivamente, a Lei obriga a que cheguem ao município.-----

Vou colocar à votação esta minha proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado Luís João Fernandes Dias (Coligação PDS/CDS) **aprovar a proposta** apresentada.-----

Quanto à consolidação de contas em si, dado que não há intervenção, eu coloco também à votação.-----



-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 2 abstenções (dos deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS) e Magali Isabel Sebastião Amador (PS)) **aprovar** a “**Consolidação de Contas**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA COM A FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES.

-----Não houve intervenções. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, eu acho que justifica-se aqui uma explicação, dado que provavelmente a documentação não é totalmente clara, ou pelo menos uma justificação do Sr. Presidente ajudaria a aclarar este assunto, muito obrigado.-----
Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----
Só dizer que no Ponto n.º 2, acabaram de votar o que foi pela primeira vez a uma Assembleia Municipal, que foi o primeiro ano que foi a consolidação de contas, que não era obrigatório.-----
Quanto ao Ponto n.º 3, não havia necessidade de vir à Assembleia Municipal este ponto, uma vez que não é uma alteração, nem é uma revisão; é simplesmente um acerto de contas. O que é que aqui se passa? Nesta adenda – e nós decidimos trazer à Assembleia Municipal porque levámos isto à Reunião de Câmara – como sabem, os novos contratos programa, ou melhor, os contratos programa são assinados de março a março. E o ano passado (que foi o primeiro ano), foram pagos, no montante que aí está, de vinte e dois mil euros (22.000€), foram pagos em janeiro de 2015, para fazer face aos meses de 2014. Como é óbvio, agora faltam os meses de 2015 para serem pagos. Não há aqui alteração nenhuma ao que foi assinado e aprovado pela Assembleia; é só para que não haja comentários ou suspeições de que se está a dar à Fundação Francisco Meireles um montante acima daquilo que estava previsto, é por isso que trazemos também à Assembleia Municipal. Ou seja, o que se pagou em janeiro de 2015, respeitante aos três meses finais de 2014, é só isso que está a ser repostos em termos orçamentais.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22

votos a favor e 2 abstenções (dos deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS) e Magali Isabel Sebastião Amador (PS)) **aprovar** a “**Adenda ao Contrato Programa com a Fundação Francisco António Meireles**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2015 – AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO DE PESSOAL.-----

----- Não houve intervenções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, eu acho que isto também merece, ou carece de uma explicação, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Serei muito breve neste ponto.-----

Aqui, felizmente, temos aqui pessoas que foram Vereadores noutros mandatos, e o que temos aqui é para legalizar situações de funcionários que estão a trabalhar neste momento para o município. Temos funcionários – há nove anos, e um há onze – que estão a funcionar com recibos verdes, dentro da Câmara Municipal. Eu não posso garantir, como é óbvio, que são esses funcionários que vão entrar para o Quadro – não posso garantir isso – mas, a verdade é que temos que legalizar e dar a possibilidade a esses funcionários de também concorrerem. Se estão previstos no Mapa de Pessoal esses funcionários, não sabemos por que é que eles continuam a recibos verdes. E eu gostaria que, até ao final do meu mandato, estivesse definitivamente resolvida essa situação, de todos os funcionários que estão aqui a recibos verdes. É só por isso que há esta alteração, para sermos autorizados a abrir concursos. Não há aumento de pessoal; é só para provir o que já existe em Mapa de Pessoal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 a favor e 1 abstenção (do deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)) **aprovar** a “**Alteração ao Mapa de Pessoal para 2015 – Autorização para Recrutamento de Pessoal**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



PONTO 5 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – PROTOCOLOS E CONTRATO DE COOPERAÇÃO DESPORTIVA.

----- Não houve intervenções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este é o que o Executivo está a pensar fazer com todas as associações. Como podem ver, na última página estão os protocolos e acordos de 2015, que estão assinados com as diversas entidades, a saber: Associação Humanitária de Bombeiros, Grupo Desportivo, Santa Casa, Fundação, Clube de Caça e Pesca, Associação Recreativa de Santo Cristo, Sporting Clube de Moncorvo, ACDR Carviçais, Sociedade Filarmónica de Felgar, Grupo de Teatro Associação Gaft, Museu do Ferro, Agrupamento de Escuteiros, Associação Montes do Nordeste, CIM e a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Todos estes protocolos, assinados em março, vão de março a março. Portanto, não estão confinados ao ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro). E portanto, haverá que fazer aqui uma repartição de encargos em termos orçamentais, para que o próprio Orçamento reflita verdadeiramente aquilo que se está a passar. E o que nós trouxemos anteriormente, da Fundação Francisco António Meireles, é isso mesmo. Como estava feito de março a março do ano seguinte, como foram pagos três meses no ano subseqüente, depois temos que fazer agora o mesmo em 2015. Com esta repartição de encargos, fica de março a março, e com os novos que irão assinar – e eu, em 19 de março deste ano disse que, em termos sociais, seriam duas novas associações a entrar, nomeadamente o Lar de Larinho e Felgueiras; e portanto, serão duas novas associações que já terão também esta repartição de encargos, só que neste momento, em 2016/17. É só uma questão orçamental, para ficarem devidamente preenchidos os três meses que entram no ano subseqüente.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo das disposições conjugadas dos números 1 e 6 do artigo 22 do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho; do n.º1 do artigo 12.º do Decreto-lei n.º127/2012, na redação do Decreto-lei n.º99/2015, por força do disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 22/2015, de 17 de março deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS) e Magali Isabel Sebastião Amador (PS)*), **aprovar a**

“Repartição de Encargos – Protocolos e Contrato de Cooperação Desportiva”.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO 6 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ 5% NO IRS.

Não houve intervenções.

O Presidente de Mesa: Isto de impostos, é sempre algo muito sensível. Sr. Presidente.

O Presidente da Câmara: Este ponto, na participação variável até cinco por cento (5%) do IRS, é o que se tem mantido desde que a Lei prevê uma coisa tão simples quanto esta: esta participação variável no IRS – ou seja, das pessoas singulares – ou é remetido (se for aprovado pela Assembleia Municipal) para os cofres do município, ou se nós não dissermos nada ou não aprovarmos, é remetido diretamente para o Estado. Eu penso que esta participação – e cai-nos a todos, no bolso de todos – é preferível vir para o município, que sabe como é que o há-de gerir, do que ir diretamente para os cofres do Estado. Ou seja, não temos aqui possibilidade de dizermos assim: “Nós não aprovamos”, ou “nós não implementamos a participação variável até cinco por cento (5%) no IRS, e ninguém paga, e fica nos nossos bolsos.” E no primeiro ano, quero-vos dizer que no primeiro ano, eu próprio, em Assembleia Municipal, votei contra, porque havia a dúvida de saber, ou não – na primeira vez que se trouxe à Assembleia Municipal, havia, ou não, a dúvida se não fosse votado, se poderia ficar no bolso dos particulares. Entretanto, depois a Direção Geral de Finanças veio esclarecer, trouxemos novamente a Reunião de Câmara, e a partir desse ano – e posso-vos dizer que já foi em 2009 – passou a ser sempre para os cofres do município, em vez de ser para o cofre do Poder Central.

O Presidente de Mesa: E muito bem, Sr. Presidente.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou por **unanimidade aprovar “A fixar o percentual de 5% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2016”.**

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO 7 — FIXAÇÃO DA TAXA PELOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP). -----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu aqui prescindiria, porque esta decorre da Lei, são as taxas que as empresas têm que cobrar.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Bom dia a todos.-----

Eu queria ver se havia a possibilidade de isentar desses direitos de passagem, para fins de beneficiação hídrica para a agricultura. Ou seja, se houver, num futuro próximo – espero que haja – uma proposta deste município, ou de entidades deste município, para regadio, que essas taxas não sejam aplicadas em regadio, obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado.-----

Sr. Deputado, essa proposta é válida, mas não para aqui. É válida no nosso Regulamento de Taxas, que já prevemos isso – e aliás, só para ter uma ideia, nós conseguimos que uma passagem, seja para questões de rega, seja para valorização de terrenos, seja para economia local, com o que estava previsto era uma coisa insuportável para qualquer um – estamos a falar de vários milhares de euros, vários milhares; neste momento, com a alteração que fizemos ao Regulamento de Taxas, por ano paga-se trezentos e sessenta euros (360€) – ou seja, um euro (1€) por dia. E isto é importante. Mas isso fomos nós que fizemos.-----

Esta taxa pelos direitos de passagem tem a ver só com as empresas que prestem os chamados serviços públicos acessíveis: estamos a falar da EDP, estamos a falar da PT, estamos a falar destas coisas todas. Aliás, eu gostaria de, para o ano, trazer ainda uma situação, que era: num novo regulamento, que as empresas (estas empresas) fossem obrigadas a comunicar com seis meses de antecedência à Câmara – para trazer também a conhecimento da Assembleia Municipal – os serviços que prestam. Porque eu vou dar-vos só este exemplo: a Câmara acabou de pavimentar uma estrada; não nos foi dito nada – passados quinze dias, estavam a abrir a mesma estrada. Isto não pode ser; depois nós sabemos, os remendos, como é que ficam. E o que eu gostaria de trazer é que, não sendo obras

programadas com a devida antecedência e com a autorização da Câmara Municipal, com conhecimento da Assembleia, seja majorada em cinquenta por cento (50%) a tributação que é aplicada a essas empresas. Portanto, aqui estamos numa aplicação simples, que decorre da Lei; o que eu quero trazer, em termos de regulamento, é uma majoração se ocorrerem estas situações que ocorrem. Porque, por exemplo, nós aqui na linha, penso que foi na Backbone, tivemos a EDP a abrir um buraco, a seguir, a PT, porque o Estado concessionaria, ganham a concessão e não dizem nada. Mas, as estradas são municipais, são nossas, custam-nos a nós. E o que nós queríamos era que nos avisassem, porque era o mesmo buraco, mas foi aberto em três situações distintas. Portanto, o que nós queríamos aí era que, se fosse programado, os três podiam fazer ao mesmo tempo essa empreitada. Mas, isso é o que nós queremos trazer para o ano. Aqui trata-se só de aplicar aquilo que já é a normalidade, só para essas empresas, mais nada.

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)) **aprovar o “O percentual de 0,20% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem e elaborar uma proposta de Regulamento sobre as condições para utilização do subsolo por empresas que necessitem de proceder à abertura de valas dentro do concelho”**.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI).

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS).

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, se não se importa.

-----**O Presidente da Câmara:** Aqui, mantivemos o que já apresentámos a esta Assembleia no ano passado, em que há, de alguma forma, um encargo para os proprietários que não fazem obras de beneficência das próprias casas, dos próprios imóveis; e há também, ao contrário disso, uma beneficiação daqueles que fazem obras. Ou seja, dos zero vírgula quatro (0,4%) para os prédios urbanos, mas depois uma redução de trinta por cento (30%) para os prédios recuperados ou reabilitados até cinco anos, a redução de vinte por cento (20%) para os prédios



que tiveram obras de conservação no ano anterior ao da vigência das taxas; e depois para os degradados, uma majoração de trinta por cento (30%). Isto é o que tem vindo a ser corrente nas informações que temos trazido à Câmara. -----

Diferente – e isto foi aprovado em Reunião de Câmara, de 4 de setembro – foi dar um benefício a quem tem dois dependentes a cargo, ou três, ou mais dependentes a cargo. E aqui, damos uma redução de quinze por cento (15%) a quem tiver dois dependentes, e vinte por cento (20%) a quem tiver três dependentes a cargo. E isto justifica-se desta forma: primeiro, um apoio à natalidade; e segundo, nos tempos que correm, ter dois ou mais filhos, acho que é obra, e que merece ser reconhecido.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor, Sr. Deputado Manuel Martins.-----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara a forma de quem faz as obras apresentar os documentos, ou a forma de requerer este benefício. Por quê? Às vezes, há pequenas reparações, nomeadamente o telhado, em que não é preciso licença. Ora, como é que quem faz as reparações pode requerer este benefício? Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Disse muito bem, para a mudança de um telhado não é preciso licença, mas é obrigatório comunicar à Câmara. São as chamadas obras de escassa relevância urbanística, mas que são obrigatórias comunicar. E ao comunicar, se as pessoas não fizerem de forma clandestina, essa informação é dada também às Finanças. Se não a derem, não há hipótese de a Câmara saber. E depois a pessoa tem que fazer este cálculo muito simples: comunicando *a posteriori*, pode estar sujeito a um processo de contraordenação, e que dá uma coima; tem que ver a redução, se é melhor, se é pior. Legalmente, prefiro que comuniquem, para nós darmos esta vantagem ao particular e ao município.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS))
aprovar:-----

1. "Ao abrigo do n.º5 do art. 112.º do Decreto-Lei n.º287/2003 de 12 de novembro (CIMI), na sua redação atual fixar em:-----

a) 0,4% para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do n.º1 do art. 112.º do mesmo código, que fixa os intervalos de 0,3% a 0,5%;-----

2.Nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 6 a 8, 12 e 13 do art.112.º, do diploma citado no ponto n.º1, fixar:-----

a. A redução de 30% para os prédios recuperados / reabilitados até 5 anos.

b. A redução de 20% para os prédios que tiveram obras de conservação no ano anterior ao da vigência da taxa.-----

c. A majoração de 30% para os prédios degradados.-----

d. A redução para imóveis destinados a habitação própria coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13 do Código de IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro: -----

- Com 2 dependentes a cargo - redução de 15%; -----

- Com 3 dependentes a cargo - redução de 20%;-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SABOR.-----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu aqui tenho uma introdução a fazer – e vou buscar a intervenção do Sr. Deputado António Júlio Andrade: a documentação que vem junto com este ponto, eu acho que é inaceitável, porque isto não é um documento adequado a uma Assembleia Municipal. Infelizmente, eu só tive conhecimento dela na altura em que já estava agendada, e tive de indagar duas questões: a primeira – e eu tenho de repor aqui – não é de culpa dos serviços municipais, foi o único documento que chegou, e como único documento que chegou, não houve possibilidade de o alterar, ou de o adequar a uma forma correta, pelo menos que não venha em draft, e muito menos com as rasuras todas que tem; e o segundo, junto da Câmara Municipal, perceber se a não aprovação deste ponto hoje traria algum prejuízo para o município. Como não traz nenhum prejuízo para o município, eu retiro este ponto, porque eu acho que não devemos votar um documento na forma em que ele está.



De qualquer forma, deixo à consideração dos Srs. Deputados, alguma intervenção que queiram fazer sobre isto. Faça favor, Sr. Deputado António Salema. -----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Eu, sinceramente, tive as mesmas preocupações que o Sr. Presidente. Tentei ler, comecei a ler, e comecei a não perceber, e depois disse: “Isto é para a borracha”. É palha, isto aqui assim. Eu acho que este documento merecia um estudo, e depois uma síntese do documento, para nós verificarmos, sabermos melhor, porque também não dominamos tudo. Portanto, eu acho que o Sr. Presidente tem razão, devia haver um documento síntese, para isto ser explicado, isto tudo que está cá, em duas folhinhas. Depois, quem quisesse ler melhor, então lia melhor, e lia toda a documentação. Plenamente de acordo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** E deixe-me só acrescentar, um documento em versão final, não um documento em draft.-----

-----**O Deputado António Salema:** Evidente, em versão final.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Concordo, no fundo, com as apresentações que aqui foram feitas pelo Sr. Presidente da Assembleia, quer pelo Sr. Deputado António Salema. -----
Dar só aqui um pequeno esclarecimento: primeiro, este documento não é do labor do Executivo. Este documento, como vocês sabem, já foi aprovado em Assembleia Municipal – é curioso. A criação de agências já foi aprovada pela Assembleia Municipal, e foi para o Tribunal de Contas para ser ratificado; o Tribunal de Contas é que não ratificou, e não aprovou. E o Tribunal de Contas sugeriu as alterações que aqui estão. Portanto, este documento não é para ser votado favoravelmente, ou não; é para os Srs. Deputados terem conhecimento do mesmo, para saberem quais foram as alterações que a UTAD e a EDP fizeram, pelas sugestões do Tribunal de Contas – e não para votarem. Quando for para votarem, espero que venha aqui um documento como vos veio quando foi da aprovação, que é um documento final. Agora, para os Srs. Deputados terem conhecimento – porque não vai vir um documento de duas folhas; a criação da agência vai vir com tantas folhas como estão aqui. Portanto, para os Srs. Deputados terem uma noção do que era, do que está, ou melhor, do que aprovaram, da proposta do Tribunal de Contas e do que virá, têm agora três meses, no mínimo, até para fazerem sugestões, que eu agradecia que fizessem chegar à Mesa também, porque aí nós conseguiremos fazer chegar à Associação de Municípios, e a Associação de Municípios, por sua vez, à UTAD e à EDP.-----

Dar-vos duas notas, para não estarem a ler isto tudo: principais pontos que o Tribunal de Contas levantou – e isto é o mais importante para vocês: primeiro, como sabem, nós aprovámos que no Conselho Diretivo sairia o ICNF – não sei se se recordam disto, quando aprovámos isto – saía o ICNF e entrava a EDP; e o ICNF passava para o Conselho Consultivo. Ou seja, eram os quatro municípios, um dos associados, mais a EDP. O Tribunal de Contas, o que diz é assim: “Então se a barragem foi construída no âmbito dos quatro municípios (territorialmente no âmbito dos quatro municípios), se vocês disponibilizam um montante anual que é para compensação de todos os prejuízos, por que é que têm que estar no Conselho Diretivo que vai gerir as verbas?” O Tribunal de Contas põe esta ressalva: “Então, vocês são os que estão obrigados a dar, ou são os que estão a dar e a gerir?” A primeira pergunta do Tribunal de Contas é esta. Mas, esta era uma questão.-----

A segunda questão é esta: em termos de despesa para os municípios, qual é a relevância da agência, ou da associação – que já existe a associação. A associação importa as dívidas para cada um dos quatro municípios, na sua proporção; a agência fará o mesmo. O que o Tribunal de Contas questiona é se a agência vai servir para alguns contratos, ou algumas empreitadas passarem pela agência. Ora, essa está respondida por natureza: o fundo está delimitado através do ICNF para quais são as contrapartidas que podem ser assumidas, e quais os projetos. Portanto, por aí, penso que está resolvido.-----

No primeiro ponto, saber se a EDP pode estar, ou não, no próprio Conselho Diretivo, é que resultaram estas notas, que eles agora estão a tentar fazer. Portanto, isto é só para tomarem conhecimento.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica, então, esse documento para se tomar nota, para se perceber quais são as alterações – no formato informático é mais simples. De qualquer forma, então, pedia-lhe que houvesse retificação ou alteração da deliberação de Câmara, porque o que diz na deliberação de Câmara é que o plano foi aprovado pela Câmara, e foi remetido à Assembleia para aprovação. Portanto, o documento fica apenas informativo, e eu aceito que um draft venha à Assembleia para informar, e até muito bem, com as alterações, com o texto inicial. Podia ter outra apresentação, o Sr. Deputado tem toda a razão, obriga-nos a ler o texto todo (não sei se é bom, se é mau). Mas, peço-lhe, então, que haja uma alteração, ou que haja uma retificação relativamente à questão da deliberação da Câmara Municipal. Eu suponho que estão, nesta altura, em condições de irmos fazer um pequeno intervalo.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Deixe-me só dizer uma coisa antes: é que na deliberação está “remeter à Assembleia Municipal”, não diz “aprovar”, ou “não aprovar”.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Diz que foi aprovado em Executivo. Sr. Presidente, peço desculpa, eu vou ler o que está aqui escrito. Diz: “A Câmara Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes aprovar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Agência de Desenvolvimento do Baixo Sabor, e remeter para aprovação da Assembleia Municipal o acordo, como estabelecido na alínea cc).” Pois, mas é isso, Sr. Presidente; então, faça-nos chegar, ou que se altere esta redação, porque, efetivamente, não está correta.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto **tomou conhecimento do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor”**.-----

A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou agora a palavra à Sra. Vereadora Piedade Meneses para nos esclarecer relativamente ao objetivo da iniciativa “Tricota esta Ideia”.-----

-----**Sr.ª Vereadora Piedade Meneses:** Bom dia a todos. -----

Esta ideia desta apresentação da “Tricota esta ideia” surgiu de uma proposta, de um convite da Assembleia da República, no sentido de as IPSS’s, toda a rede social contribuir para a criação de uma colcha, candidata ao Guinness, mas que apenas se trata de uma iniciativa para dar visibilidade a uma coisa muito mais importante, que é a proposta legislativa de criação de uma Comissão de Proteção de Idosos, que em Portugal não existe. E a iniciativa propõe, no fundo, dar visibilidade à proposta para, na próxima legislatura, serem criadas as condições para a Comissão de Proteção de Idosos. Nesse sentido, a rede social de Moncorvo contribuiu, tal como outros municípios que já apresentaram também a sua colcha, e conseguimos qualquer coisa como cinco mil quadrados, o que é verdadeiramente uma brutalidade, comparando, por exemplo, números como Oeiras, Valongo, cujos valores aproximam-se dos trezentos. E por isso, penso que temos uma rede social relativamente ativa, dinâmica, e por isso, convido os Srs. Deputados a poderem assistir à apresentação pública da colcha, que irá amanhã ser remetida à Assembleia da República, para juntar às outras, e para tentar ganhar o Guinness. Mas, isso não é o mais importante; o mais importante mesmo é criar as condições para se poder fazer a Comissão de Proteção de Idosos, no sentido de melhor salvaguarda dos mesmos.-----

Convidava os Srs. Deputados a dirigirem-se cá abaixo, aos Paços do Concelho. Ela vai ser aberta, e vai ser, no fundo, apoiada pelos idosos das IPSS's.-----

(Interrupção dos trabalhos)

PONTO 10 — ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.-----

-----Não houve intervenções. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deu entrada na Mesa uma proposta de dois nomes para serem votados: António Alves Salema e Luís Almendra. Há mais alguma proposta que queiram fazer? Não havendo mais nenhuma proposta, não sei se algum dos Srs. Deputados quer intervir. Neste caso, havendo uma única proposta, pode ser votada por lista, se os Srs. Deputados não se opuserem, obviamente.-----

Portanto, há apenas uma lista, chamemos-lhe de "Lista A", e peço aos serviços de apoio que distribuam os boletins de voto, muito obrigado. Tem de ser por voto secreto, faz parte da Lei.

Ora bom, os Srs. Deputados podem colocar "A", ou nada (abstenção).-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito do Concelho de Torre de Moncorvo **elegeu**, com vinte e um votos a favor, um voto nulo e dois votos brancos, os seguintes representantes: **Luís Manuel Gonçalves Almendra** (Coligação PDS/CDS) e **António Alves Salema** (PS). -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 11 — RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PSF - 2015.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente necessitamos de uma breve introdução da sua parte.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é, como nós dissemos, o melhor relatório que podíamos ter nos últimos tempos. Estamos a seiscentos e setenta e seis

mil euros (676.000€) de entrar no limite legal de endividamento, temos estado a cumprir com todos os programas de pagamento à banca. E uma situação que me apraz muito é que, ao contrário do que foi referido na votação ao Orçamento por nós apresentado, onde o Partido Socialista nos acusava, em termos de Vereação, que os subsídios que concedíamos eram em excesso, e que era para comprar a prestações, o que eu tenho para vos dizer é que o relatório do Revisor Oficial de Contas – que nós não controlamos, é bom que se diga, que é independente e autónomo, e é a primeira vez num mandato que há uma entidade autónoma que vem referir o seguinte: em termos dos subsídios correntes concedidos, há uma diminuição de cerca de cento e setenta e seis mil e dezasseis euros (176.016€), o que quer dizer que confirma aquilo que nós tínhamos plasmado em termos orçamentais, e que vem tirar a seguinte conclusão: quando as contas são feitas com rigor, pode haver obra, e pode haver diminuição da dívida.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu queria felicitar o Executivo por conseguir sanear as nossas contas, para que nos próximos mandatos, quem quer que venha possa fazer obra, já que neste momento temos este condicionamento por parte da DGAL – ou seja, por parte do Governo da nação. Isto tira-nos autonomia, tirou-nos – como já disse – obra. Por isso, mais uma vez, felicito o nosso Executivo por conseguir sanear as nossas contas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Mediante isto, este relatório – e eu sempre disse, no princípio do mandato, que era necessário pôr a casa em ordem e em dia. Efetivamente, não podemos dizer que não está a ser posta em ordem, e podemos-nos congratular por isso, uma vez que também, em dois anos, as coisas foram programadas para que esse controlo fosse efetuado, e é uma realidade.-----

Entretanto, no que eu li aqui assim, continuamos a ter uma falha nos stocks existentes: não há controlo nesses stocks; e por isso, tem que haver, e tem que haver também da parte da Câmara coragem de fazer isso. Colocar os stocks e os armazéns controlados, isso é muito importante. E a dívida, evidentemente que está em catorze mil, oitocentos e poucos euros, uma vez que os seiscentos e tal deixaram... portanto, há aqui um excesso de aproximadamente seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e quatro (676.744€), que a juntar aos catorze milhões, cento e noventa (14.190.000€), são os catorze milhões, oitocentos e sessenta



e seis mil, novecentos e treze (14.866.913€). Portanto, penso que dentro deste ano poderá haver uma situação equilibrada, e que no futuro poderá haver um bocadinho mais de coragem noutras obras.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer esclarecer-nos, sobretudo a questão dos stocks, que acho que é um assunto importante, e que deveríamos ouvir da sua voz.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado pelas intervenções.-----

Eu aqui, e apelando ao espírito de cooperação, pensei que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Felgar e Souto da Velha, na qualidade de encarregado do armazém, nos pudesse dizer alguma coisa. E eu quero salientar aqui o esforço por ele também feito. E lembrar que este relatório é de 30 de junho – ou seja, é do segundo trimestre, ou primeiro semestre de 2015. -----

Neste momento, esforço e dedicação – só não digo “devoção e glória”, para não interpretarem de outra forma – mas com o esforço e dedicação dos funcionários, esta “coragem” de saber o que é que existe em stock, já está feito, já está feito desde o simples parafuso, a uma anilha, a um tubo de saneamento. -----

O que eu convidava – e deixava este repto ao Sr. Presidente da Assembleia – é que na próxima Assembleia os Srs. Deputados não venham logo – ou se quiserem, até se pode fazer lá, se para isso houver meios informáticos – era irmos ver o armazém e o estaleiro da Câmara Municipal. Convido-vos a isso, por duas razões: quem o conhecia, não o vai conhecer; e quem o não conhecia, vai tirar ilações e boas opiniões do que existe lá. Temos condições condignas para estar lá, e fizemos um levantamento profundo. Mas, para isso, tivemos que investir lá, que era algo que não se fazia há muito tempo. Hoje, os funcionários têm gabinetes para eles, têm um refeitório para entrar em funcionamento – espero que se faça lá o nosso almoço de natal, com todos os funcionários – temos escrutinados todos os materiais que lá existem. Mas, para isso, foi necessário fazer bancadas, foi necessário criar compartimentos onde as pequenas peças estivessem armazenadas, e criar uma coisa tão simples quanto isto, que me parece que na vossa vida, quer na casa de cada um de nós, quer nas nossas empresas, é fácil: um fiel de armazém. Um fiel de armazém, que é o responsável por tudo o que entra, e por tudo o que sai. A partir deste momento, não é possível deixar qualquer tipo de material em obra diretamente; é obrigatório entrar em armazém, tem que sair do armazém, e depois – e este sim é um grande esforço dos funcionários, que é desde um simples cubo de granito a uma saca de cimento, está

discriminado para a obra que foi. Para quê? Para imputação de custos a essas obras, para nós termos um melhor conceito de tudo o que existe. -----

Também foi nomeado, em termos de coordenador técnico, um coordenador técnico responsável de obras. Ou seja, não pode qualquer funcionário fazer obras ou requisições; tem que passar por esse coordenador técnico – que para vossa informação, é o Sr. Basílio Lázaro, é o nosso coordenador técnico em termos de compras. Portanto, este aspeto menos positivo que o Revisor Oficial de Contas aqui salienta está, neste momento, controlado. Mas, vamos mais além, que é com as folhas que os funcionários fizeram manualmente, estamos neste momento a criar já, em termos de aplicação informática, algo muito simples quanto isto, uma obra no Peredo dos Castelhanos: saiu um saco de cimento; diretamente esse custo é imputado no POCAL, e vai diretamente para a contabilidade. Mas, também vos quero dizer por que é que nós estamos aqui um bocadinho atrasados com isto: como sabem, os nossos programas são da Medidata, desde 2007 que era obrigatório, foram implementados dois, um dos quais da assiduidade, que não funcionava – estamos a falar de 2007 – e neste momento, temos mais de dezassete programas implementados na Câmara Municipal. Isto é um grande esforço, mesmo para aqueles que acham que não é nada, que é mais importante uma rotunda, ou um cubo, ou alguma coisa. O que é verdade é que temos que arrumar a casa cá dentro, para as pessoas poderem funcionar. E neste momento, implementou-se o registo de assiduidade, que esteve em setembro em fase experimental, e no dia 1 está a laborar, e foi implementado não só nos Paços do Concelho, mas nos Paços do Concelho, na Divisão Técnica, no Serviço de Obras, Ambiente e Florestal (lá em baixo), mas também nos Serviços Sociais, na Biblioteca e no estaleiro. Ou seja, isto teve uma grande envolvimento. Hoje, todos temos um controlo de assiduidade, que está diretamente também ligado, quer à contabilidade, quer ao pessoal. Hoje não precisamos justificar por que é que se faltou, ou por que é que não se faltou; diretamente o funcionário sabe que tem que o fazer, porque as faltas dele são diretamente encaminhadas para a folha de recebimento, ao final do mês. Portanto, também há aqui um esforço do pessoal para se adaptar a estas novas tecnologias, mas também um esforço nosso para conseguirmos controlar, desde a assiduidade até aos stocks.-----

Portanto, eu espero que no relatório de dezembro já não seja possível estarmos com esta forma que aqui nos foi explicada pelo Revisor Oficial de Contas, que é dos stocks. Mas, só para vos dar esta noção: como nós trabalhamos com a Medidata, a Medidata elaborou-nos tudo – desde o parafuso que é diferente para uma madeira de três centímetros, ou três milímetros, e outro para a de cinco centímetros, e outro para a de cinco milímetros – tudo isso está tipificado. Esqueceram-se de uma coisa muito simples: é que não temos uma tabela – e está a ser feita pelos próprios serviços – para o saneamento e as águas. Mas, isto tem uma razão de ser: é que todos os programas informáticos que estavam previstos contavam já aqui

hoje que a verticalização, ou a fusão das águas, estivesse definitivamente implementada, tanto que, em termos de custos de pessoal com as águas, não estavam implementados por essa razão. Mas, nós estamos a fazê-lo, e é um esforço enorme que provavelmente para o ano podemos ter este problema, que é o POCAL deixar de estar a funcionar para os municípios porque a nova Legislação prevê para 2017 que haja o chamado Programa Analítico de Existências, o que quer dizer que vamos ter que deixar de trabalhar com o POCAL, e trabalhar com o que hoje já as empresas privadas fazem. E o que nós defendemos em 2010 – aliás, todas as Câmaras defenderam isso, que era implementar logo a parte que os privados já implementaram, e isso não foi aceite. Mas, chamar-vos só à atenção, para não haver dúvidas, porque eu também gosto de referir o positivo e o negativo. Se repararem, a evolução da dívida a curto, médio e longo prazo (que está na página 11), tem, em 2015, dívida a médio e longo prazo, os valores candidatados são de doze milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e trinta (12.322.930€), e os valores executados em 2015 (primeiro semestre) são catorze milhões, trezentos e trinta e seis, quinhentos e onze (14.336.511€). Há aqui um desvio, para menos, de dois milhões, setecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e sete (2.789.677€), mas isto tem a ver com o primeiro semestre, o que quer dizer que se somarem o que nós vamos pagar aos bancos, e que está logo na primeira informação a cores – ou seja, no nosso programa de empréstimos para 2015 – vamos pagar, em outubro, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois euros (142.822€), porque estamos a isso obrigados; em novembro, cento e cinquenta e nove mil e sessenta (159.060€); e em dezembro, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e três (265.503€). Somando a isto os trezentos e cinquenta mil (350.000€) que nos faltam do saneamento financeiro, vamos andar aqui com um desvio de cerca de um milhão de euros (1.000.000€). Este milhão de euros (1.000.000€) é fácil de explicar: quando foi feito o saneamento financeiro em 2011, foi prevista a forma de pagamento; e a forma de pagamento que estava prevista era atingirmos, em 2014, a dívida total de doze milhões de euros (12.000.000€). Mas, é fácil fazermos estas contas – muito fácil até: se nós devíamos catorze milhões (14.000.000€) já, e pedimos mais nove milhões e quatrocentos mil (9.400.000€), fomos para mais de vinte milhões de euros (20.000.000€). Desses mais de vinte milhões de euros (20.000.000€), houve a antecipação dos Fundos do FEDER – porque nós, para fazermos obra – e quando se diz que nós não fazemos obra, nós fazemos obra dentro das contenções e pagamos – e só no último semestre de 2015, temos obra a decorrer, em termos de subsídios, superiores a um milhão e meio de euros (1.500.000€) – estamos a falar da eletrificação rural do Douro, estamos a falar do concurso público da iluminação, e estamos a falar também do cadastro de saneamento, porque é uma obra que não é visível, o cadastro de saneamento, mas que envolve cerca de dois milhões de euros (2.000.000€) – ou seja, meio milhão (500.000€) será ainda neste ano. Portanto, é mais de um milhão e meio de euros

(1.500.000€), em obras que não se veem. Mas, para vos dizer isto: se temos vinte e um milhões (21.000.000€) e retirámos dois milhões (2.000.000€), que era o empréstimo para obras do FEDER, ou seja, recorreremos ao empréstimo bancário para termos a comparticipação nacional. E isso, em 2011, foi utilizado como antecipação do pagamento. Ora, não foi uma antecipação do pagamento, foi uma prorrogação, porque o empréstimo ficou lá; agora acabou de ser pago. Portanto, quando estamos a falar aqui de doze milhões (12.000.000€), e da execução de catorze milhões (14.000.000€), temos que pensar de uma forma muito simples: é que reduzimos de vinte e um milhões (21.000.000€) para os catorze milhões (14.000.000€) que aí constam. E estas são as contas que em 2011 não podiam estar feitas, como é óbvio, nem estavam previstas.-----

Ressalvar também que as contas FEDER foram integralmente pagas no anterior mandato. Ou seja, estamos a falar de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€). Os louros têm que ser dados também a quem os fez. Se foi feito como empréstimo – e “empréstimo”, ponho aqui entre aspas – também foi liquidado até ao final do anterior mandato. O que é certo é que esses dois milhões (2.000.000€) vieram a refletir-se em 2014, porque em 2011 não estavam efetivamente pagos. Queria também dar esta noção, o por quê de estar este desvio de dois milhões, setecentos e oitenta e nove mil (2.789.000€), que há – de ser de cerca de um milhão de euros (1.000.000€) no final deste ano, a pagarmos o que temos pago, mais o acréscimo de um milhão de euros (1.000.000€), obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea _ do n.º 1 do artigo 40 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro deliberou por maioria, com 22 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS) e Magali Isabel Sebastião Amador (PS)*), **aprovar o “Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do PSF - 2015”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 12 — RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu, pelas intervenções, pareceu-me que já foi comentado – este aqui é que é, efetivamente, o relatório do Revisor Oficial de Contas; o anterior era do

saneamento financeiro. Mas, obviamente, existindo de forma autónoma, tenho de o tratar como tal. Peço desculpa, Sr. Presidente, pareceu-me. Faça favor, Luís João.-----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Queria fazer apenas uma sugestão: o problema do stock é um problema logístico; há novas formas logísticas de tratar o problema do stock. Dou o exemplo das grandes empresas de transportes – DHL, FEDEX – e mesmo das grandes superfícies – como a SONAE ou a Jerónimo Martins – o que usam é um sistema de radiofrequência. Mal o item entra no sistema, é etiquetado, dentro dessa etiqueta há um pequeno chip que emite uma radiofrequência, e a qualquer momento o gestor desse sistema consegue saber onde é que está a peça: por exemplo, está em cima, no estaleiro, e vai para a obra, o gestor sabe que está na obra porque vê em tempo real onde está essa peça, devido a esse sistema de radiofrequência. É apenas uma sugestão para que o município possa estudar uma melhor maneira de gerir o stock.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Devo acrescentar que, felizmente, essa tecnologia já é muito barata, já está muito acessível – que há uns anos atrás isso era proibitivo. Essa é uma tecnologia que já é conhecida há muitos anos, mas era proibitivo; neste momento, é uma tecnologia muito barata. E deixa à consideração do município o estudo, e acho muito bem essa sugestão, porque, efetivamente, permite um controlo em tempo real, e uma vantagem adicional: a leitura é imediata, não é preciso estar a digitar nada, basta um smartphone para, efetivamente, ter conhecimento do que se passa.-----
Não sei se o Sr. Presidente quer responder.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito rápido, Sr. Presidente, para agradecer a sugestão. Em termos de custos, são cerca de sete mil euros (7.000€) anuais, a proposta mais baixa que tivemos, e que foi apresentada, para poder ser implementada. Mas, se não tínhamos até agora uma contabilidade, não podemos começar pelo teto, a não ser que façamos como algumas instituições, que nos dão um parecer muito simples, que é: numa casa, aqui no centro histórico, e que dão este parecer: mantenha-se o segundo andar, e façam o favor de demolir o rés-do-chão e o primeiro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Com esta nota de humor, terminamos o período da ordem do dia.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e duas abstenções (dos deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS) e Magali Isabel Sebastião



Amador (PS)) aprovar o “Relatório de Acompanhamento Semestral”.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreeveu-se para intervir o Senhor Luís Miguel Lopes.

O Presidente de Mesa: Tenho um pedido de intervenção do Sr. Luís Miguel Lopes, sugestão ao Executivo da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo. Faça favor.

O Cidadão Luís Miguel Lopes: Obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia a todos.

O que me traz hoje aqui é fazer uma sugestão ao Executivo da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, para atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo. E passo a explicar muito rapidamente – isto é um documento que não está fechado. O Luís João não percebeu o título da minha intervenção: é uma sugestão ao Executivo da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, para atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo. E passo muito rapidamente a explicar: esta sugestão visa o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por estes homens e mulheres, que diariamente, com altruísmo, solidariedade e heroísmo nos protegem e nos auxiliam.

Vivemos num tempo em que, infelizmente, as questões sociais são atiradas para segundo plano, e o que importa são os números. Eu também prefiro olhar para os números, não com uma visão matemática, mas sim para os números de pessoas que estes benefícios possam vir a ajudar ou a beneficiar. Seria reconfortante e encorajador para os bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo que esta sugestão viesse a ser aplicada. Os benefícios sociais seriam aplicados aos elementos do Corpo de Bombeiros de Torre de Moncorvo, aos seus familiares diretos – cônjuge, companheiro e filhos – que preencham conjuntamente os seguintes requisitos: ter mais de dezasseis anos, possuir categoria igual ou superior a cadete, bombeiro estagiário – eu aqui não sei, em termos de categoria, se é aspirante, mas pronto, fica esse reparo – constar dos quadros homologados pelo Serviço Nacional de Bombeiros, ter mais de dois anos de atividade no Quadro, estar em atividade (ou inatividade em consequência de algum acidente ocorrido no exercício das suas missões). Ou seja, passariam assim a beneficiar das seguintes regalias ou benefícios sociais: isenção de pagamento de taxa de licenças de construção, ampliação ou modificação da casa de habitação própria e permanente; isenção das taxas que vêm no recibo da água – ou seja, pagariam só a água; as outras taxas seriam isentas pelo município, se assim fosse possível –

atribuição de bolsas de estudo no valor de cinquenta euros (50€) / mês aos filhos ou filhas dos bombeiros falecidos em serviço ou com doença contraída no desempenho das funções, assentes em critérios de regulamentos municipais; concessão pela Câmara Municipal das distinções honoríficas de coragem e abnegação, de serviços distintos e de dedicação pública, sob proposta dos Comandantes e Direções das Corporações de Bombeiros, e compreendendo cada uma os graus de ouro, prata e bronze; apoio inicial ao encaminhamento jurídico em processos motivados por factos ocorridos no exercício das suas funções; acesso gratuito dos equipamentos e atividades desportivas da autarquia (por exemplo, pavilhões, ou por exemplo, na Escola de Futebol Dragon Force) e acesso gratuito na entrada das Piscinas Municipais cobertas e descobertas.-----

Este documento que agora vos apresentei não é um documento fechado; é um documento em aberto. São sugestões que eu deixo aqui ao Executivo, e apelar ao sentido social, que esta sugestão poderá ser aplicada a curto prazo, se assim o entenderem. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Luís Miguel Lopes. Sr. Presidente, faça favor.-

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado pela sugestão. Aliás, eu pedi um minuto, e peço desculpa por ter, de alguma forma, interrompido o pensamento. É uma ideia interessante, é uma ideia que em 18 de setembro, levei para ser debatida – para ter uma ideia, nesta conjuntura, à Câmara; só que não é uma ideia minha – e estive a ler, exatamente, antecipando as suas palavras, porque isso é uma deliberação da Câmara de Chaves. E passo a ler: “Os bombeiros passam a ser beneficiados com as seguintes regalias sociais: isenção de pagamento de taxas de licenças de construção, ampliação, modificação de casa de habitação própria permanente; aplicação mensal de tarifa social no consumo da água; atribuição de um passe mensal gratuito para o agregado familiar nos transportes urbanos de Chaves; redução de quinze por cento (15%), sobre a tabela geral – época baixa, no termalismo terapêutico; redução de cinco por cento (5%), sobre a tabela geral, nos tratamentos de bem-estar; atribuição de bolsas de estudo no valor de cinquenta euros (50€) / mês, a filhos de bombeiros; concessão, pela Câmara Municipal, de distinções honoríficas, e por aí fora. Acho a ideia interessante, só que temos que dizer que o Município de Chaves também já implementou, e nós estaremos todos a discutir e a trabalhar isso.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor.-----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Pela primeira vez, estou a ouvir este documento, mas eu queria dizer ao Executivo que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, há coisa de seis anos, apresentou um documento que está na Câmara, estruturado



por nós, devidamente estruturado, e se a Câmara Municipal assim o entender, deve puxar – porque deve estar nos seus arquivos esse documento – porque aí salvaguarda, num modo geral e para Moncorvo, todas as situações. Portanto, isso foi há seis anos; infelizmente, não teve progressão o assunto, não chegou a ser debatido, e eu espero que, se houver vontade, esse documento seja apresentado no Executivo, que poderemos até nós, associação – como eu sou o Presidente dos Bombeiros – enviar à Câmara uma cópia.-----

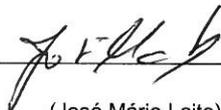
-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----
Infelizmente, o Regimento não permite uma réplica por parte dos cidadãos. Foi apresentado. De qualquer forma, o Regimento diz que, em princípio, a Câmara deverá responder por escrito – e pediria ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse uma resposta escrita ao requerimento, ou eventualmente à Associação Municipal de Bombeiros.

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 11h30m deu por encerrada a sessão.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



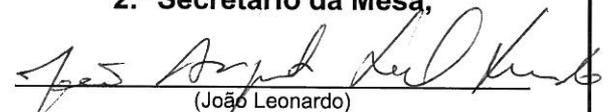
(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,



(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)